

- b) Fotocópia do certificado de habilitações literárias;
- c) Fotocópia dos documentos comprovativos das ações de formação frequentadas, com indicação do período e carga horária;
- d) Declaração, devidamente atualizada, com data reportada ao prazo estabelecido para apresentação das candidaturas) e autenticada emitida pelo serviço ou organismo de origem, da qual conste, de forma inequívoca, a existência e natureza da relação jurídica de emprego público, a categoria e posição remuneratórias detidas e a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública, bem como as avaliações de desempenho relativas aos últimos três anos e, na sua ausência, o motivo que determinou tal facto, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 11.º da Portaria;
- e) Declaração com descrição pormenorizada de funções, emitida pelo respetivo serviço, relativa a cada uma das atividades desenvolvidas e respetiva experiência profissional, designadamente no último posto de trabalho ocupado, com relevância para o presente procedimento concursal.

29 — A lista unitária de ordenação final dos candidatos será afixada em local visível e público, disponibilizada na página eletrónica da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. e notificada aos candidatos por uma das formas previstas nas alíneas a), b), ou c) da “Portaria”.

30 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

31 — O júri tem a seguinte constituição:

Presidente: Maria Filomena Martins Gormicho Boavida Esgalha — Diretora do Departamento de Gestão Ambiental;

1.º Vogal efetivo: Dília Maria Lima Jardim — Chefe de Divisão de Gestão do Ar e Ruído, que substitui o Presidente nas suas faltas ou impedimentos;

2.º Vogal efetivo: Pedro Manuel Ducla Soares Sottomayor Cardia — Técnico Superior;

1.º Vogal suplente: Maria Margarida Gaspar de Moura Guedes — Técnica Superior;

2.º Vogal suplente: Híronina Alves da Silva Simões — Técnica Superior.

32 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer discriminação.

33 — Em tudo o que não estiver expressamente previsto no presente aviso, o procedimento concursal rege-se pelas disposições constantes da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e da “Portaria”.

19 de fevereiro de 2018. — O Presidente do Conselho Diretivo da APA, I. P., *Nuno Lacasta*.

311146097

Despacho n.º 2296/2018

Designação em Comissão de Serviço, do Licenciado Luís Miguel Guerra de Oliveira Santos, no cargo de direção intermédia de 2.º grau da Divisão de Assuntos Administrativos e Financeiros da Administração da Região Hidrográfica do Algarve da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P.

Nos termos e ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, republicada em anexo à Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e por último alterada pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, foi, por deliberação de 11 de janeiro de 2018, do Conselho Diretivo da APA, I. P., designado, em comissão de serviço, pelo período de 3 anos, para o cargo de direção intermédia de 2.º grau da Divisão de Assuntos Administrativos e Financeiros da Administração da Região Hidrográfica do Algarve da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., o Licenciado Luís Miguel Guerra de Oliveira Santos, possuidor de competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício do cargo, como se evidencia na síntese curricular em anexo.

26 de janeiro de 2018. — O Vice-Presidente do Conselho Diretivo da APA, I. P., *António Sequeira Ribeiro*.

Síntese Curricular

Dados pessoais:

Luís Miguel Guerra de Oliveira Santos

Data de Nascimento: 5 de outubro de 1970, na Ericeira.

Habilitações académicas:

Licenciatura em Gestão de Empresas, Universidade do Algarve, 1994.

Pós-Graduação em Finanças Empresariais (MBA in Corporate Finance), Universidade do Algarve, 2000.

Formação profissional:

Curso de Formação em Gestão Pública (FORGEP), Instituto Nacional de Administração, Faro, 2006.

Atividade profissional:

Desde 11 de abril de 2013 — exerce as funções de Chefe de Divisão de Assuntos Administrativos e Financeiros da Administração da Região Hidrográfica do Algarve

Desde janeiro de 2009 a 11 de abril de 2013 — exerceu as funções de Diretor do Departamento Financeiro, Administrativo e Jurídico da Administração da Região Hidrográfica do Algarve.

De abril de 2004 a janeiro de 2009 — exerceu as funções na CCDDR Algarve de Coordenador da Unidade de Controlo do PO-Algarve21 — QREN, acumulando com as funções de Chefe de Projeto da Estrutura de Apoio Técnico de Controlo do PROAlgarve (QCA III).

De junho de 2003 a março de 2004 — exerceu funções na DRAOT Algarve de Chefe de Projeto da Estrutura de Apoio Técnico da “Ação Integrada para a Requalificação e Competitividade das Cidades” no âmbito do programa Operacional do Algarve (QCA III).

De janeiro de 2001 a maio de 2003 — exerceu funções na DRAOT Algarve de Técnico Superior Principal na Estrutura de Apoio Técnico da “Ação Integrada para a Requalificação e Competitividade das Cidades” no âmbito do programa Operacional do Algarve (QCA III).

De junho de 1997 a dezembro de 2000 — exerceu funções na DRA Algarve de Técnico Superior do Programa Operacional do Ambiente (QCA II)/Fundo de Coesão.

De maio de 1995 a maio de 1997 — exerceu funções de Gestor de Conta na área de comércio e pequenas empresas do Banco Fonsecas & Burnay, S. A. (Grupo BPI).

311094013

Despacho n.º 2297/2018

Consolidação da mobilidade interna

Nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 4.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que se procedeu à consolidação da mobilidade interna, na carreira e categoria, no mapa de pessoal da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., do técnico superior Álvaro José Chicau Charrua Leal da Piedade, ao abrigo do disposto no artigo 99.º do Anexo à referida Lei, tendo sido celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, ficando posicionado na 2.ª posição remuneratória e no nível remuneratório 15, da tabela remuneratória única aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2018.

9 de fevereiro de 2018. — O Vice-Presidente do Conselho Diretivo da APA, I. P., *António Sequeira Ribeiro*.

311129832

Direção-Geral do Território

Despacho n.º 2298/2018

Nos termos do disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto Regulamentar n.º 30/2012, de 13 de março, é aprovada por despacho da Diretora-Geral do Território, datado de 13 de dezembro de 2017, a Carta Administrativa Oficial de Portugal, versão de 2017 (CAOP 2017), publicada na página de Internet da Direção-Geral do Território (DGT) no endereço http://www.dgterritorio.pt/cartografia_e_geodesia/cartografia/carta_administrativa_oficial_de_portugal_caop/.

13 de dezembro de 2017. — A Diretora-Geral, *Fernanda do Carmo*.

311116831